

### **100% dos referenciais curriculares alinhados ao Novo Ensino Médio estão homologados**

Todos os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal alinharam seus referenciais curriculares ao Novo Ensino Médio. Em junho, Tocantins e Alagoas homologaram seus documentos, totalizando 100% das redes estaduais. Acompanhamos de perto o processo em cada uma das unidades federativas e sabemos do grande esforço das redes no processo de elaboração e homologação dos documentos. Por isso, celebramos este marco tão importante para a implementação. O alinhamento dos currículos é um passo fundamental para fazer o Novo Ensino Médio se tornar realidade nas escolas de todo o Brasil. A partir dos novos referenciais, as redes devem seguir trabalhando na formação continuada dos professores, assim como no alinhamento dos materiais didáticos e avaliações.

Vale lembrar que além dos novos referenciais curriculares, as redes estaduais elaboraram um Plano de Implementação (PLI para guiar o trabalho das equipes, registrando objetivos e metas do Novo Ensino Médio no território e a relação das ações com o Plano Nacional de Educação (PNE) e os Planos Estaduais de Educação (PEEs). Continue acompanhando os dados do Novo Ensino Médio na [área de Indicadores](#) deste Observatório, veja a [experiência do Mato Grosso do Sul](#) na organização do PLI e a do [Distrito Federal na formação dos professores](#).

### **Prisão de ex-ministro da Educação e investigação sobre possível esquema de corrupção no MEC é preocupante e requer atenção**

O Movimento pela Base acompanha com preocupação as investigações da Polícia Federal sobre possível esquema de corrupção no MEC, o Ministério da Educação. A prisão preventiva – que durou menos de um dia – de Milton Ribeiro, ex-ministro da Educação, por suspeita de favorecimento de pastores na distribuição de verbas no ministério é grave e requer atenção.

Durante seu mandato, Ribeiro promoveu políticas como a [PNA \(Política Nacional de Alfabetização\)](#) que, segundo levantamento realizado pelo [Cenpec](#), é incompatível com a proposta da BNCC. Recursos públicos significativos foram desperdiçados com edições do PNLD (Programa Nacional do Livro e do Material Didático) desalinhadas à BNCC e o calendário de [implementação do Novo Ensino Médio](#) também foi apresentado com muito atraso durante a gestão do ex-ministro, assim como definições a respeito do futuro ENEM.

Já as diretrizes estruturantes para o futuro Saeb sequer foram apresentadas até o momento – e o Grupo de Trabalho que as vinha discutindo, que não se reúne há meses – acabou de ter seu prazo de vigência estendido novamente.

Como organização dedicada à educação, acreditamos que para o avanço da implementação da BNCC e o Novo Ensino Médio e de outras políticas públicas fundamentais, é preciso que o MEC atue com transparência, legitimidade e competência técnica.

## **Cadastro de Currículos na Plataforma de Monitoramento da Implementação vai até o dia 15 de agosto**

Para que as redes se tornem elegíveis para receber a complementação do VAAR, o Valor Aluno/Ano por Resultado, conforme estabelecido pelo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), os novos currículos das redes estaduais e municipais alinhados à BNCC e normativas confirmando a homologação devem ser cadastrados na [Plataforma de Monitoramento da Implementação da BNCC](#) do MEC. O prazo para inserção dos documentos já foi prorrogado e vai até o dia 15 de agosto.

O cadastro é importante não apenas porque habilita as redes a receberem o benefício, mas também porque é uma forma importante de monitorar e dar transparência às políticas. Até 27 de junho, 2.745 currículos foram cadastrados na plataforma – o que representa 49% do total das redes municipais brasileiras, a menos de 20 dias do término do prazo anterior, de 15 de julho. O Movimento pela Base elaborou um passo a passo do uso da plataforma de Monitoramento: acesse [aqui](#).

## **Resultados do SAEB 2021**

Os resultados preliminares das escolas no SAEB 2021 (Sistema de Avaliação da Educação Básica) foram disponibilizados no dia 17 de junho. Os diretores escolares podiam verificar os dados e, se fosse o caso, apresentar recursos até o dia 23 de junho. Estados e municípios têm ressaltado a necessidade de contextualização dos resultados devido aos impactos da pandemia de Covid-19. Nesse contexto, vale destacar os esforços das redes em engajar as escolas: a avaliação foi aplicada para 71,27% dos alunos previstos, mesmo com todas as dificuldades impostas pela pandemia.

Outro ponto é que os resultados também foram divulgados para as escolas que não alcançaram os 80% de participação – o que não é de praxe – mas que computaram o mínimo de dez estudantes avaliados. Por um lado, essa iniciativa abre a possibilidade de uso dos dados na avaliação pedagógica e na gestão administrativa. Por outro, a falta de uma amostragem suficiente para análise pode comprometer a precisão dos resultados.

Vale lembrar que o [SAEB](#) é a principal ferramenta de avaliação da qualidade da educação básica e seus resultados contribuem para que gestores municipais e estaduais possam aprimorar os

processos pedagógicos das instituições de ensino. Os dados também servem para compor o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).